

Resumo 02

Ilegibilidade de prescrições médicas e impactos para a Saúde Pública

Anselmo José Rosa Junior¹, Daniela Aparecida dos Santos¹, Valdemir Eustáquio da Silva¹,
Matheus Diniz Gonçalves Coêlho¹

1. FAPI/FUNVIC – Faculdade de Pindamonhangaba/Fundação Universitária Vida Cristã

anselmojr86@gmail.com

Dentre os erros de medicação que podem acarretar reações indesejáveis relacionadas aos medicamentos, a ilegibilidade de prescrição ocupa um lugar de destaque. Naturalmente são os médicos que decidem a terapia medicamentosa a ser utilizada, porém, sabe-se que prescrições ilegíveis ou incompletas desencadeiam elementos que levam a dificuldade de interpretação e a erros de medicação. Devido aos riscos inerentes ao uso inadequado de medicamentos, o hábito prescritivo é uma questão que deve ser analisada com maior atenção, pois existem muitos casos de dispensação e administração equivocadas consequentes da ilegibilidade de prescrições médicas. No presente trabalho, aprovado pelo comitê de ética em pesquisa com Seres Humanos da FAPI (protocolo nº 214), objetivou-se analisar os possíveis erros de prescrições em receitas médicas oriundas de pacientes atendidos em três drogarias do Vale do Paraíba, bem como a capacidade do profissional dispensador em interpretar a receita, verificando possíveis inconsistências, de modo a contribuir para a melhoria do tratamento e uso correto de medicamentos e também frisar a importância do papel do farmacêutico como profissional essencial para garantir o uso racional e seguro de medicamentos. Durante o período de julho a agosto de 2013, foram selecionadas 150 receitas com dificuldades de legibilidade e foram entrevistados trinta farmacêuticos. Cada profissional avaliou cinco diferentes prescrições médicas no intuito de tentarem interpreta-las e opinar a respeito da viabilidade de dispensação destas. Foi possível observar que as principais classes de medicamentos com ilegibilidade de prescrição foram os anti-hipertensivos 42% e anti-inflamatórios 44,3% e que as especialidades médicas que aviaram receitas com mais inconsistências foram clínica geral 50% e cardiologia 40%. No que concerne à legibilidade das prescrições, 100% dos farmacêuticos tiveram algum tipo de dificuldade de interpretação, sendo que 90% não dispensariam os medicamentos prescritos. A maioria destes não foi capaz de compreender o nome do medicamento 83,3%, não compreenderam a posologia 63% ou a duração do tratamento 84,7%. Por meio da avaliação dos resultados é possível concluir que é necessário haver uma quebra de paradigmas na conduta médica, no que diz respeito ao comprometimento deste profissional com a saúde pública, através de uma abordagem mais humana do paciente traduzida pela melhor orientação deste e pelo esmero no ato de prescrever.

Descritores: ilegibilidade, prescrição médica, atenção farmacêutica

Realização:



Apoio:



CRF SP
CONSELHO REGIONAL
DE FARMÁCIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO